



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Declaração de Voto

Relatório do Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP)

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tem uma interpretação própria sobre a política educativa conduzida ao longo dos últimos anos, onde se insere a concepção actual de “Território Educativo de Intervenção Prioritária”. O conceito e os programas “TEIP” não podem, no entanto, ser analisados de forma desarticulada das restantes políticas educativas e do projecto político que este Governo preconiza para o Sistema Educativo, projecto esse ao qual o PCP não pode, de todo, associar-se.

Analisar aquilo a que a Deputada Relatora chama o “Modelo TEIP” no actual quadro político e social, inserido na política educativa actualmente praticada não pode ser feito com base em abordagens simplistas como as que se encontram nos primeiros dois parágrafos do Capítulo 4 do relatório votado, capítulo das “Conclusões e Recomendações”.

Por um lado, o PCP entende que a política do actual Governo não promove a democratização do acesso à Educação e ao conhecimento, antes converte a Escola Pública numa câmara de ressonância das assimetrias sociais verificadas na sociedade portuguesa, criando cada vez mais um espaço onde a triagem de classe e a triagem social se afirmam, quer no que toca à distribuição por escola, por turma, e mesmo por percurso curricular. Esta orientação política, prosseguida pelo actual Governo com particular empenho, traduz-se na desfiguração da Escola Pública e na introdução de uma clivagem entre o prosseguimento de estudos e as restantes tipologias de percursos curriculares. Independentemente de ser um facto que os programas “TEIP” promoverem práticas de assinalável importância e de demonstrarem à evidência que o trabalho da escola pública pode ser substancialmente mais produtivo se as escolas tiverem acesso a um conjunto de recursos específicos, nomeadamente, humanos e técnicos; não pode ser feita uma avaliação destes programas sem a devida integração no cenário de acentuada degradação a que está sujeita a escola pública, por força das políticas conduzidas pelo actual Governo.

As Conclusões deste Relatório em momento algum evidenciam a contradição óbvia que surge ao verificar que a política geral do Ministério da Educação e do Governo PS em nada converge com os objectivos da democratização do acesso a um ensino de qualidade, mas apenas assegurar a generalização da formação profissional às camadas mais pobres da população, criando vias cada vez mais estreitamente profissionalizantes para os filhos dessas camadas, sob o pretexto do “alargamento da oferta”, como se os problemas do abandono e insucesso se prendessem com as capacidades intelectuais dos estudantes e não com as suas condições sócio-económicas objectivas.

O PCP não se opõe à criação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária mas colocará em qualquer conclusão sobre a sua análise várias questões que considera centrais e que o presente Relatório não nos parece fazer com a devida clareza:

1. A degradação da condição docente e os constantes ataques aos direitos dos professores não valorizam a Escola Pública e afectam a qualidade do ensino nas

escolas “TEIP” com particular impacto, tendo em conta a forma de contratação generalizada por oferta de escola nestes territórios.

2. A gritante desvalorização do papel do auxiliar de acção educativa (agora “assistentes operacionais”) e a insuficiência da presença destes profissionais agudiza dificuldades e impede o regular funcionamento de uma Escola, com impactos ainda mais profundos junto dos “TEIP”.
3. A falta de condições materiais, a degradação dos espaços escolares e dos equipamentos, impede o sucesso que o Governo anuncia pretender com a atribuição do estatuto TEIP a diversas escolas.
4. As equipas da Escola Segura da Polícia de Segurança Pública são constituídas por agentes em número muito aquém do necessário, e estão dotadas de meios quase irrelevantes para o cumprimento da sua missão central. Muitas vezes, os mesmos agentes e as mesmas viaturas prestam todo o tipo de serviço na PSP além dos directamente relacionados com a Escola Segura.
5. A contratação de profissionais e técnicos permitida pelos programas TEIP fica aquém das necessidades e não garante a estabilidade, quer aos referidos profissionais, quer à comunidade escolar, do seu papel e do seu trabalho na escola, tendo em conta o seu carácter e a sua duração.
6. A continuação de práticas de constituição de populações escolares discentes e de turmas que promovem a triagem social e económica, a concentração de estudantes provenientes de famílias com poucos recursos económicos em espaços escolares específicos e a concentração de estudantes em situação fragilizada e particularmente expostos aos fenómenos do abandono e do insucesso em vias de formação em banda estreita, continuará a ser um paliativo e uma forma de reprodução das assimetrias sociais para o futuro.
7. A governamentalização, a política economicista e geradora de elitização do Ensino, particularmente dos seus mais elevados graus, impõem às escolas um funcionamento sob um garrote administrativo e financeiro, que limita fortemente a sua autonomia e impede o recurso a práticas mais audazes no interior de escolas TEIP, tal como nas restantes. A impossibilidade de flexibilização do número de alunos por turma é um exemplo dessas limitações.

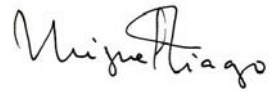
8. O recurso generalizado a contratos de emprego-inserção e a tarefeiros nas escolas prejudica directamente a estabilidade e a capacidade de intervenção no meio escolar, com vista ao melhor funcionamento e à construção e manutenção de um ambiente harmonioso de bom convívio.
9. A introdução dos novos critérios de sinalização de crianças e jovens com “necessidades educativas especiais”, no seguimento da Lei nº 3/2008 afasta milhares de crianças de apoios específicos e especializados, muitas delas precisamente nas escolas TEIP, dificultando o papel do professor, do pessoal não docente e da escola.
10. A aplicação de um modelo de gestão e administração escolar que coloca a figura do Director como parte integrante de uma cadeia de comando que encontra o seu topo no Ministério da Educação e não na comunidade escolar prejudica e poderá mesmo vir a impedir o desenvolvimento da necessária democraticidade e respectiva criatividade administrativa.

De acordo com a Deputada Relatora, “O Modelo TEIP visa dotar o sistema educativo escolar de metodologias, de infra-estruturas, equipamentos TIC e recursos humanos que desenvolvam de forma sustentada uma Escola inclusiva, moderna, solidária e equitativa.” De acordo com a análise que o PCP faz do actual rumo da política educativa, nas suas diversas vertentes, o Governo não promove uma escola inclusiva, moderna, solidária e equitativa. Bem pelo contrário, com a continuidade desta política, a Escola será cada vez mais convertida num sistema de encaminhamento dos filhos das camadas com mais poder económico para o prosseguimento de estudos e dos filhos das camadas trabalhadoras e mais fragilizadas para a formação profissional de banda estreita, abandonando a transversalidade social da formação da cultura integral do indivíduo que, segundo o PCP, a escola deve promover.

A situação social do país, particularmente complexa para os trabalhadores e suas famílias, mas também para franjas importantes dos micro, pequenos e médios empresários, a que se acresce uma situação de decadência estruturante dos meios urbanos mais desfavorecidos e periféricos e o empobrecimento crescente da generalidade da população com a conseqüente diminuição da qualidade de vida não podem encontrar na escola apenas um remendo, mas um elemento crucial para sua atenuação e para a erradicação das assimetrias. A gratuidade do ensino, dos manuais, das refeições, dos transportes, o acesso real às novas tecnologias numa perspectiva de aprofundamento das capacidades de manipulação e não apenas como consumidor de conteúdos, o ensino das disciplinas fundamentais e a generalização da prática desportiva constituem-se como requisitos nucleares para um real combate às desigualdades. O alargamento da escolaridade obrigatória não pode cingir-se à obrigatoriedade de formação profissional até aos 18 anos. Na perspectiva do PCP, o Estado tem o dever constitucional de ir muito mais além. A criação de núcleos insulares TEIP, não pode ser vista como uma solução estratégica mas antes como uma intervenção pontual que, inserida numa política de direita que ataca os direitos da maior parte da população, permanecerá insuficiente.

Da mesma forma, os recursos colocados à disposição das escolas TEIP não valorizam por si só, o carácter e a natureza dos programas, mas sim a necessidade geral de novas capacidades para todas as escolas, independentemente da população, acompanhada de uma nova política

social, educativa e regional, que promova a diluição das assimetrias em meio escolar e a heterogeneidade social, étnica, económica e cultural das comunidades escolares.



Miguel Tiago
Deputado